

A FILOSOFIA AFRICANA COMO CAMINHO
MULTIEPISTEMOLÓGICO NA ACADEMIA BRANCA

THE AFRICAN PHILOSOPHY AS A MULTIEPISTEMIC
POSSIBILITY IN THE WHITE ACADEMY

Valmir Pereira¹

Recebido em: 07/2019
Aprovado em: 09/2019

Resumo: Este artigo analisa a situação da filosofia africana nos meios acadêmicos e as formas como é tratada. Assim, o objetivo desse estudo é apresentar o espaço universitário brasileiro como expressão do pensamento europeu, etnicamente branco, embora sua comunidade acadêmica seja composta por diferentes etnias. Posteriormente, apresentaremos as consequências dessa ocidentalização na filosofia e seus desdobramentos para as diversas formas de produção de conhecimento que são silenciadas pelas mentes colonizadas. Por último, abordaremos as formas de resistência e disputas teóricas para efetivar as práticas de diferentes concepções filosóficas, que na academia branca são invisibilizadas. Como resultado, esta pesquisa aponta que apesar do epistemicídio silencioso na Universidade, existem diferentes maneiras de se inserir nos processos de emancipação e difusão de outras epistemologias. Nesse sentido, concluímos que é necessário transformar os Currículos para que a Universidade seja multiepistemológica, com diferentes abordagens filosóficas, para além da academia branca.

Palavras-chave: Epistemicídio, Academia Branca, Filosofia Africana, Universidade Multiepistemológica, Bolha Filosófica.

Abstract: This article analyses the African philosophy situation in the academy and the ways it is treated. Therefore, the intent of this study is to present the academic space in Brazil as an expression of the European thought, ethnically white, although the academic community is made of different ethnicities. After, we will introduce the consequences of the westernization in philosophy and their ramifications for the multiple ways of knowledge production that are silenced by the colonized minds. At last, we will approach the ways of resistance and theoretical dispute to implement the different standards of philosophical conceptions, invisible in the white academy. As result, this research points to different ways of emancipation and dissemination of other epistemologies, despite the silent epistemicide in University. Following, we conclude the necessary transformation of curriculum, so the university can be multiepistemic with different approaches in philosophy, beyond the white academy.

Key-words: epistemicide, white academy, African philosophy, multiepistemic university, philosophical bubble

¹ Doutor em Educação Escolar (UNESP). Universidade Estadual da Paraíba. Email: provalmir@gmail.com

Introdução

A sociedade contemporânea, especialmente a Ocidental faz um esforço muito grande para explorar a força de trabalho na produção da riqueza, não se importando a qual etnia o explorado pertence, mas se trará ganhos reais para aumentar a fortuna de quem o contrata. Em países como o Brasil, esses trabalhadores chegam a ser chamados de cidadãos, com direitos consagrados na Constituição Federal em vigor. Um desses direitos é o acesso a educação de qualidade. No entanto, num sistema educacional dualista como é o brasileiro, há uma escola para a elite e outra para os filhos da classe trabalhadora. A primeira é composta majoritariamente por brancos e por ricos, ao passo que a segunda tem entre seus usuários, majoritariamente afrodescendentes e pobres. Independente da etnia dos discentes dessas duas escolas, a epistemologia é branca de matriz europeia. É nessa mesma perspectiva que se organiza o ensino superior e a estrutura de alguns cursos, tradicionalmente voltados para a elite branca, como é o caso de Medicina, Odontologia e Engenharias. Em sentido oposto, as licenciaturas ficam com os mais pobres, predominantemente afrodescendentes, mas os fundamentos que orientam o currículo estão organizados na perspectiva do etnocentrismo branco europeu.

Uma sociedade assim estruturada, de acordo com os interesses daquele etnocentrismo, garante e assegura o lugar destinado aos pobres e afrodescendentes, delimitando até onde podem ir culturalmente, pedagogicamente e socialmente. A força e o poder que garantem que não haverá rupturas sociais é consequência da colonização das mentes de todos aqueles que frequentam o sistema educacional, seja ele de que etnia for (MEMMI, 2007).

A hegemonia do etnocentrismo europeu, fez do mundo colonizado a extensão do seu pensamento, cujo centro difusor é a Universidade, formando profissionais de todas as etnias para pensarem e agirem como se fossem brancos e a defender os princípios de uma epistemologia que não sejam as suas. Para que isso ocorresse e continue ocorrendo, foi preciso negar e matar todas as outras formas de conhecimento diferentes da branca europeia. É nesse preciso sentido que o epistemicídio se insere no mundo colonizado. Desse modo, onde existem negros há também uma universidade branca, para ensinar negros a não serem negros, a não falar e não agir como negros.

Essa condição se converte numa situação de violência cotidiana, pois na Universidade ele é ensinado a ser branco e em sua casa, a ancestralidade de sua família o ensina a ser negro. Assim, homens e mulheres são cindidos e aos poucos sua mente é colonizada com o pensamento do branco europeu. Pensar e agir como branco se tornou a condição para entrar no mercado de

trabalho e a sobreviver nessa sociedade multiétnica na geografia humana, mas branca em sua epistemologia.

Sabe-se, portanto, que a epistemologia branca não é a única e muito menos foi a primeira manifestação do pensamento. Antes de Tales de Mileto (624-546 a.C.), considerado o primeiro filósofo grego a existir no século VI a.C., o Egito, país africano de etnia negra, tinha uma colossal produção filosófica, desde Imhotep² (2655-2600 a.C.). Como observa Obenga (2004, p. 16)

Se, como Descartes (1596-1650) observou, o bom senso ou razão é igualmente distribuído entre todos os seres humanos, então é injustificado acreditar que alguns grupos da raça humana são deficientes na lógica ou no raciocínio do dispositivo pontual. A chamada “mente nativa” ou “mente primitiva” é apenas um preconceito racista, baseado na crença de que uma determinada população humana ou raça é superior a outras.

Assim, fica evidente que todas as nações, independente da época e do lugar, da etnia, são capazes de filosofar, de produzir cultura e formar sua epistemologia, rompendo com a ideia de que quase tudo começou na Grécia, conforme insistem os brancos europeus.

Diante desse quadro, o problema de pesquisa deste artigo delimita-se da seguinte forma: que possibilidades existem de os colonizados romperem com a casa grande e transformarem a academia branca em espaço multiepistemológico?

Para isto apresentaremos os processos que culminaram na transformação da Universidade como espaço de difusão de uma única epistemologia, a branca europeia. Em seguida apresentaremos a epistemologia negra, silenciada e invisibilizada na academia branca. Por fim, desenvolveremos as formas de luta epistemológica e as formas de inserção, respondendo à questão da pesquisa.

A Filosofia Ocidental Branca e sua postura antifilosófica

A história da filosofia, na sua formulação ocidentalizada, considera que a filosofia nasceu na Grécia, cujo primeiro filósofo foi Tales de Mileto, no século VI a. C. Posteriormente vieram outros filósofos até chegar a Sócrates (469-399 a. C.), Platão (428-348) e Aristóteles

² A importância de Imhotep pode ser conferida na seguinte passagem: “Imhotep era grão-vizir do rei Djoser (2668–2649 a.C.), [da] 3ª dinastia. Ele também foi sumo sacerdote em Heliópolis, a principal cidade do Deus-Sol, Ra. Ele projetou, como arquiteto-chefe, a pirâmide de degraus em Saqqara, que é a primeira construção em pedra lavrada da história mundial (OBENGA, 2004, p. 8).

(384-322). Especialmente esses três filósofos são ensinados como os maiores pensadores, cuja produção intelectual causa inveja aos mais produtivos pesquisadores da academia branca atual, embora aqueles filósofos tenham vividos em uma época cuja velocidade da escrita não se compara em nada com a que se escreve atualmente.

Devido a essa produção, aqueles filósofos gregos são referência e base de quase todas as disciplinas do currículo, do Ensino Básico ao Superior. Desse modo, eles formam a base da epistemologia Ocidental. Na perspectiva ainda da história da filosofia Ocidental, os filósofos que ao longo do processo histórico os sucederam, formularam suas teorias tendo como base, o pensamento dos filósofos gregos. Nesse sentido, têm-se a precisa ideia de que apenas se aperfeiçoa e atualiza, em cada época, as teorias daqueles que aparentemente foram os primeiros a pensar e capazes de definir tudo.

A base da epistemologia grega atende aos interesses das nações europeias centrais, especialmente por se tratar de uma nação que está no mesmo Continente, cujos pensadores elaboraram filosoficamente a teoria que expressavam os interesses dos colonizadores brancos, subjugando tudo e todos que fossem diferentes da sua etnia e pensassem diferente da sua epistemologia.

O período grego em questão, tem no modo de produção escravista sua forma de organizar a produção da vida material e intelectual. Assim, para Platão (1991, p. 398), o escravo é conforme a lei e sua posição no mundo, alguém distante da vida política, pois “[...] aqueles que são comprados ou obtidos em forma semelhante devemos incontestavelmente chamá-los de escravos”. Aristóteles, porém, concebia que era natural e justa e a relação entre senhor e escravo porque “governar e ser governado são coisas não só necessárias, mas convenientes, e é por nascimento que se estabelece a diferença entre os destinados a mandar e os destinados a obedecer” (ARISTÓTELES, 1998, p. 29). Assim, a escravidão natural realiza-se sem o recurso da força e da violência porque a própria natureza se encarrega de distinguir os homens livres dos não livres.

Deveríamos de preferência ver o que é natural nos seres cuja condição é conforme à natureza, e não aquela em que existe corrupção. Devemos, então, considerar aquele indivíduo que tem as melhores disposições tanto de alma como de corpo, no qual isto é evidente [...]. É óbvio, então, que uns são livres e outros, por natureza, e que para estes a escravidão é não só adequada, mas também justa (ARISTÓTELES, 1998, p. 30-31).

A justificativa aristotélica para a existência e permanência da escravidão como

subordinação natural encontra-se na própria natureza e não na razão ou na fundamentação moral porque Aristóteles não questiona se a subordinação natural e as desigualdades humanas são compatíveis.

Esta maneira de estabelecer as formas de subordinação de uns sobre outros, permitiu que as nações europeias justificassem em nome da espada e da cruz, a dominação de nações e de continentes durante o ciclo das navegações e das invasões que eles, os europeus chamaram de descobrimentos e de conquistas, segunda suas narrativas.

Como é de domínio público e largamente difundido por séculos, a dominação foi inicialmente territorial e posteriormente intelectual. E a epistemologia difundida nos territórios invadidos se assentava exatamente a partir das elaborações gregas, dos filósofos do período clássico, especialmente Platão e Aristóteles.

Esse ciclo teve repercussão sobretudo no Novo Mundo, com o processo de colonização dos territórios e posteriormente, por meio da catequese, as mentes também foram colonizadas. Assim, aos poucos, os recursos naturais eram transferidos para a Europa e de lá era exportada a para as colônias a epistemologia branca, que sistematicamente matavam os conhecimentos dos povos nativos.

Com o processo de exploração da madeira, do ouro, e da cana de açúcar e o esgotamento desses ciclos econômicos na América, os Europeus se voltaram para o continente africano, como estratégia de expansão do capitalismo, na sua fase imperialista.

Assim, o século XIX foi o início da consolidação do domínio europeu sobre os povos africanos. Este domínio teve início no século XV, assim como na América, e para ser concretizado não bastavam apenas armas. Tanto num continente quanto no outro, foi preciso uma ideologia que justificasse toda a violência e brutalidade da escravidão e da colonização. Até o século XVII o suporte ideológico era oferecido pela Igreja Católica, cuja fundamentação era alicerçada no pensamento Aristotélico-Tomista. Porém, com o surgimento do iluminismo, a religião perdeu espaço e vigor. Mas os europeus, precisavam encontrar uma outra justificativa que desse a etnia branca a força ideológica para continuar dominando e explorando. Os ilustrados filósofos e cientistas, elaboraram a justificativa que os brancos europeus precisavam. Assim, pode-se ler em David Hume (1711-1776) sobre os negros:

Eu estou em condições de suspeitar de serem os negros naturalmente inferiores aos brancos. Praticamente não houve nações civilizadas de tal compleição, nem mesmo qualquer indivíduo de destaque, seja em ações seja em investigação teórica. Não há artesãos engenhosos entre eles, não há artes, não há ciências. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros dos brancos, como

os antigos alemães, o atual tártaro tem algo de eminente entre eles em sua coragem, forma de governo, ou alguma outra particularidade. Tal diferença uniforme e constante não poderia ocorrer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças de homens. Sem citar nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, dos quais ninguém ainda descobriu nenhum traço de criatividade, embora pessoas de baixa educação, sem educação venham a progredir entre nós e destaquem-se em cada profissão. Na Jamaica, realmente, falam de um negro de posição e estudo, mas provavelmente ele é admirado por realização muito limitada como um papagaio que fala umas poucas palavras claramente (HUME, 2004, p. 344).

O autor em tela apresenta, em simetria com os gregos supracitados, uma linha de argumentação e de justificativas fundamentais para que o eurocentrismo europeu que se desenvolveu nos séculos anteriores agora se consolidasse, dominando outras etnias não brancas e acentuando o epistemicídio também no continente africano.

Não só David Hume, mas na era dos ditos iluminados, outro filósofo que resolveu corroborar com o racismo Humeniano foi Immanuel Kant (1724-1804), que apresentou a definição científica do conceito de raça³, tendo como centro e superioridade os brancos europeus. Essa concepção de raça desqualificou e secundarizou os negros e tudo o que a eles está vinculado. Assim,

Os *negros* da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles tenham sido postos em liberdade, não se encontrou um único exemplo sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão. Já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força dos dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto a diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível; à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objetos de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que deve-se dispersá-los a pauladas (KANT, 1993, p.75-76).

O arremate kantiano sobre a forma de tratamento que deve ser dispensado em relação aos negros, justificou as brutais ações eurocêntricas, em relação as riquezas naturais, aos corpos

³ Conferir em **Determinação do conceito de uma raça humana**. Trad. Alexandre Hahn, Kant e-Prints, Campinas, Série 2, v. 7, n. 2, p. 28-45, jul.-dez., 2012.

e as mentes, com direito a “pauladas nos negros”.

No contexto da expansão e do domínio imperialista⁴, de 1870 a 1914, a mercadoria mais valiosa e estratégica para consolidar a presença branca nos continentes colonizados foi a educação. Assim, as missões, religiosas ou não, tornam-se frequentes em todas as áreas dominadas, criando as condições para investir na educação das crianças, para que as futuras gerações crescessem com a alma embranquecida pela força da cultura difundida pelo novo idioma, pelos produtos da metrópole, que aos poucos enchiam de desejo os nativos, os quais foram aos poucos se afastando da sua epistemologia, pensando como branco, para serem aceitos nos meios sociais.

A Academia Branca e seus Fundamentos

Na África que antecedeu o imperialismo havia diversidade de povos, de costumes e culturas, com saberes distintos e a maior parte do continente africano apresentava a sua lógica geopolítica e social própria.

Para legitimar a invasão e dominação sobre esses povos, os brancos europeus se apoiaram em algumas teorias que pudessem explicar e justificar suas ações imperialistas. A desculpa não é diferente das atuais e a principal é sempre a missão civilizatória dos europeus, autodeclarados "civilizados", brancos e cristãos, sobre os povos "bárbaros", negros e de religiões que os brancos não entendem. Em decorrência dessa visão de mundo está a necessidade de levar o evangelho a esses “povos bárbaros”, pois afinal, o cristianismo, segundo os europeus brancos, era a verdadeira religião. Para formar o tripé da invasão justificada, aparece a superioridade racial dos povos brancos sobre as raças negra. Essa justificativa estava alicerçada e fundamentada nos escritos dos filósofos europeus, Hume e Kant, anteriormente descritos.

Países como Inglaterra, centro do Império naquela época, juntamente com a França, Portugal, Alemanha e Bélgica controlaram a maior parte do continente africano. Assim, os europeus repartiram a África em dezenas de Estados, desrespeitando critérios étnicos e culturais fundamentais para evitar os futuros conflitos na região. A repartição da África teve seu ponto culminante na Conferência de Berlim, entre os anos de 1884 e 1885. Essa Conferência

⁴ O Imperialismo foi a política de expansão de uma nação sobre outra, por meio da aquisição territorial ou pela submissão econômica, política e cultural de outros Estados. O Imperialismo pode também ser entendido como o movimento do grande capital financeiro em busca de novos mercados na Ásia, na África e na América Latina. Os Estados e os grandes industriais europeus foram os principais encarregados desse movimento.

contou com a participação de 15 países, dos quais, 13 eram europeus, mais os Estados Unidos e a Turquia (Hobbsbawm, 1998).

Depois de dominar o território africano por meio da força das armas, a segunda etapa era convencer aqueles “negros bárbaros” que eles precisavam ser salvos. Nesse sentido, a religião cristã transformou-se no meio difusor da salvação e da cultura do dominador, com a organização dos colégios católicos e protestantes, cujo objetivo era a transmissão da cultura europeia branca, bem como ensinar o idioma da nação branca invasora. Estruturava-se assim o ciclo da dominação e colonização do território e da mente dos negros.

Os saberes dos negros foram aos poucos substituídos pelo pensamento dos brancos, bem como o seu modo de ser, de se vestir, e de estar no mundo. O centro da cultura negra foi ganhando novas formas e cores até ficar branca. Aparentemente são negros, mas sua “alma” agora é branca e pertence aos brancos, era, enfim, uma alma colonizada.

A colonização da mente teve grande impacto na cultura africana, de tal forma que mesmo com o fim das hierarquias coloniais a dominação continuou e ainda permanece no âmbito epistemológico. Os modos de entender e de estudar estão intimamente ligados às práticas europeias. Isso decorre do fato de que se estudava os autores, em sua maioria europeus, e o contato com algum autor africano era inadmissível, excluindo assim outras formas de pensar, fora do etnocentrismo europeu.

Com a Filosofia não foi diferente. Considerando que se todas as áreas do conhecimento têm um fundamento na filosofia grega, segundo os europeus brancos, a estrutura da educação básica à universitária foi e permanece organizada a partir desses princípios e conseqüentemente desses autores, que expressam e justificam a visão de mundo dos colonizadores.

Desse modo, os países colonizados pelos europeus, na América, África ou Ásia, passaram a estudar a cultura, os autores e a língua do invasor. O domínio da mente, nessa perspectiva, dá a precisa ideia de que todas as nações colonizadas passaram a pensar e a agir como se fossem europeus, brancos e superiores aos demais. Geograficamente, podemos pensar que a Europa se converteu em uma bolha impenetrável por outras formas de pensar e de ser no mundo. Para quem está dentro dessa bolha, e só conhece essa forma de filosofar, conectados com outros países que pensam exatamente iguais a ele, começa a acreditar que só existem esses filósofos, pois são os mesmos para todos, independentemente da nação em que se mora, vive e estuda.

A ideia de Bolha Filosófica deve ser compreendida como um espaço territorial formado por diferentes nações em continentes distintos, mas que pensam e estudam os mesmos autores,

cujos objetivos são a colonização da mente do nativo, criando redes e obstáculos para que não haja rompimentos e nenhuma difusão de outras epistemologias.

A Bolha Filosófica assim compreendida garante ao eurocentrismo branco a hegemonia intelectual e o controle do capital, pois em cada espaço da bolha se reproduz o pensamento como se estivessem exatamente na Europa.

Para garantir a sensação de que o mundo é um lugar plural, organizam momentos de participação dentro da bolha. Assim acontecem os eventos internacionais com os especialistas e comentaristas dos filósofos que se tornaram as grandes referências no campo da especulação abstrata. Eventos com financiamentos das agências de fomento para debater a Filosofia Francesa, a Filosofia Alemã, a Filosofia Inglesa, dialogando em diferentes perspectivas com os autores brancos, mantendo assim, a bolha filosófica intacta, cujo resultado é prazer fica restrito ao plano das ideias. Essa temática é a culminância do que já está posto nas salas de aula da academia branca.

Essa sensação de pertencimento ao mundo que triunfou e prospera, ganha contornos extraordinários quando alguém pode fazer um doutorado sanduiche na Europa, estudando Hume, Kant ou Hegel, os racistas da filosofia moderna e contemporânea branca. Esse modelo de sanduiche é para que os brancos europeus confirmem e certifiquem que não há riscos de ruptura na bolha filosófica e que a bolsa foi um investimento garantindo a continuidade da colonização das mentes. Terminado o doutorado, o concluinte será possivelmente professor em uma Universidade do seu país, formando as novas gerações de docentes, que na educação básica garantirão a reprodução do pensamento do colonizador.

Dentro da bolha, a filosofia ali propalada é apresentada como um saber que olha em diferentes direções dialogando com várias concepções e autores. Esse diálogo da filosofia ocidentalizada só é válido e aceito entre os autores do Ocidente, portanto brancos e dentro da bolha. Essa filosofia que sobrevive na bolha não suporta os registros da história e as provas de que para ela existir hegemonicamente, precisou eliminar as epistemologias dos países em que ela esteve como invasora, seja na África, na Ásia ou na América. Ela não sobrevive aos escritos de James (1954); Diop (1974) e Cabrera (1995), dentre tantos outros. Esses autores destacam que a filosofia se desenvolveu amplamente na África. Por isso, os Gregos não são os autores da "filosofia Grega". Essa filosofia tem como base princípios, ideias e conceitos que foram usados sem o devido reconhecimento pelos gregos. Conforme enfatiza James (1954), alguns gregos desonestos roubaram a filosofia dos antigos Egípcios.

Sabemos que a filosofia premeia todo o processo educacional, da básica à superior. Essa

educação, no atual estágio de desenvolvimento e expansão do capitalismo, foi transformada em mais uma mercadoria. Se a tese de que os gregos roubaram a filosofia dos egípcios apresentada por James (1954) for verdadeira, como consequência, todos que estudam essa filosofia conhecida como grega se torna receptor de mercadoria roubada. E quando a ensinamos aos outros, estamos difundindo uma mercadoria roubada.

Abordaremos a seguir a necessidade e algumas estratégias e possibilidades para romper a bolha.

Estourando a Bolha Filosófica e seus Saberes

O longo processo de ocidentalização da filosofia garantiu aos países etnocêntricos europeus o acesso aos produtos naturais, sua transformação em mercadorias, com mão de obra barata, abundante e um vasto mercado consumidor. A ideia de bolha, como espaço exclusivo, também se aplica do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, não havendo a menor possibilidade de rompimento de negócios fora da relação colônia e metrópole. Com esse cerco e controle do ponto de vista social, também fortaleceu a centralização do desenvolvimento das ideias, conforme já desenvolvido anteriormente. Contudo, não queremos aqui dizer que todas as nações tinham um pensamento desenvolvido e estruturado, pois “nem todas as culturas têm filosofia, mas todas são capazes de tê-la. Talvez não existam sociedades inteiramente estranhas ao pensamento filosófico” (TOWA, 2015, p. 28). Porém, as circunstâncias sob as quais determinados povos vivem, podem surgir resistências internas contra essas dominações, assim como as lutas pela libertação cujo objetivo é estourar a bolha e forjar uma nova história.

Essa condição se assemelha ao mito da caverna escrito por Platão (428-348 a. C.), em *A República*⁵ (1997). Nessa narrativa Platão descreve que alguns homens, estão aprisionados em uma caverna, desde a infância, não conseguindo se mover por causa das correntes que os mantém imobilizados. De costas para a entrada, só conseguem ver o que está no fundo da caverna. Atrás deles há uma parede e uma fogueira acesa. Por ali passam homens transportando diferentes objetos, mas os prisioneiros só conseguem ver as sombras dos objetos projetadas na parede. Certo dia, um homem que estava acorrentado escapa e saindo da caverna se depara com uma nova realidade. Porém, a luz fora da caverna ofusca seus olhos, pois não estava acostumado a claridade. Esse homem tem a opção de retornar a caverna e lá ficar como antes ou adaptar-se

⁵ Os detalhes dessa narrativa podem ser conferidos no capítulo VII de *A República*. PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

a nova realidade. Pode também voltar e libertar os outros prisioneiros contando a eles o que descobriu fora da caverna. É provável que eles não acreditem no que ouvem, pois a única verdade que conhecem está na caverna, segundo Platão (1997).

A nossa condição hoje, de professores e estudantes de filosofia, é semelhante a vida daquele prisioneiro que se libertou e saiu da caverna, rompendo a bolha filosófica que nos aprisionava. Quando nos chega as mãos, pela primeira vez, um texto sobre filosofia africana, narrando que antes de Tales já existia muita filosofia e que os gregos foram estudar no Egito. Esfregamos os olhos, relemos para nos certificarmos que aquela luz que brilha e faz doer o pensamento, nos enchendo de alegrias e preenchendo aquela lacuna da eterna desconfiança de que todo aquele conhecimento não poderia ter sua origem exclusivamente na Grécia.

As vezes queremos realmente sair correndo e nunca mais passar perto daquela caverna, daquela bolha filosófica que nos aprisionou por tanto tempo. Mas também queremos libertar os outros prisioneiros, ainda com a mente colonizada. Quando contamos, eles inicialmente riem de nós. Se organizamos eventos sobre o tema, eles boicotam e colocam seus alunos contra as atividades por nós propostas, pois afinal está fora da bolha. Ao apresentarmos Projetos de Iniciação Científica (PIBIC), projetos de extensão ou mesmo de Edital do MEC, são eles, os colonizados, que avaliam e reprovam nossas propostas, pois se trata de um saber exótico, não uma filosofia. Trata-se, segundo eles, de um atentado contra a tranquilidade e segurança interna da bolha.

É certo que eles não nos matam, mas impedem ou atrasam as nossas pesquisas e com isso acentuam o epistemicídio. Apesar dessa postura, continuarão dizendo e escrevendo que dialogam com diferentes concepções filosóficas, mas sempre dentro da bolha.

Nessa mesma perspectiva podemos pensar no negro que rompe com a academia branca, ocidentalizada e volta para mostrar que existem outras concepções e abordagens filosóficas, na África, na Ásia e na América, diferentes da que está na bolha. Na maioria das vezes o desprezo pelo conhecimento novo, o medo da mudança faz ressonância na forma como a colonização do pensamento foi por décadas alimentada, até ser naturalizada, pois parece que independente do lugar em que estamos, tudo parece a Europa, apenas uma aldeia global.

O rompimento com a bolha protetora do etnocentrismo europeu se transformou num grande movimento para descolonizar os territórios e posteriormente a retomada do pensamento ancestral, libertando também as mentes Machado (2014). Embora os territórios tenham sido retomados, a maior dificuldade sempre foi convencer o corpo recém liberto a permitir que sua “alma” ainda branca deve partir, se refazer.

A universidade branca e ocidentalizada permaneceu com a sua estrutura, inclusive linguística, garantindo assim, que o europeu, embora ausente, estaria sempre presente na mente de cada colonizado, que não raras vezes, entregou aqueles que rompiam com a bolha. Nesse mesmo espaço acadêmico, os eventos científicos, são palcos disputados para apresentar as pesquisas que secularmente foram apresentadas por pesquisadores em épocas passadas, embora não soubessem disso. É o desfile do mais do mesmo na eterna bolha filosófica. Os brancos, os colonizados negros, afrodescendentes e indígenas, pesquisando e apresentando o pensamento do colonizador.

Esse espaço branco foi perdendo sua hegemonia com a organização de eventos, nas últimas décadas, para epistemologias indígenas, africanas, femininas, dentre outras, transformando a academia branca no espaço da diversidade étnica. A ocupação desse espaço acadêmico está garantindo essa diversidade, mas a produção e a difusão dessas epistemologias estão restritas a um público pequeno, não indo muito além das pessoas que deles participam. O discurso ainda é feito para dentro, e isso deve-se ao fato de que os documentos que embasam as Políticas Educacionais que orientam os currículos continuam brancas e eurocêntricas. Isso pode ser conferido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação em Filosofia, cujas ementas dos componentes curriculares estão recheadas de autores europeus. Dificilmente encontramos autores que pensam fora da bolha filosófica. Assim, doutores ensinam e orientam discentes de diferentes etnias a serem brancos, pagos para colonizarem suas mentes como aconteceu com eles na graduação e confirmados nos estudos pós-graduados.

Assim, por mais que nos encontremos em eventos acadêmicos substantivos e consistentes, será apenas mais uma oportunidade para uma nova rodada de conversa com o mesmo público. Na semana posterior ao evento, estaremos na academia branca discutindo textos dos filósofos europeus que acabamos de criticar no congresso que em muitos casos fomos os organizadores.

Embora isso nos dá a impressão de que estamos fazendo errado, mas ao contrário disso, essa etapa de rompimento da bolha filosófica é estrategicamente fundamental. Estamos tirando muita gente do sono profundo e ajudando a despertar para uma realidade que ele sempre desconfiou que existia. Mas podemos e devemos mais.

É evidente que não queremos aqui defender simplesmente a substituição da filosofia europeia branca pela africana negra. O que propomos e defendemos é a diversidade filosófica na Universidade. Se vamos estudar filosofia, independente da época, devemos estudar diferentes abordagens sobre temáticas que são comuns. Afinal, trata-se do mesmo ser humano,

com concepções distintas e conseqüentemente enriquecedoras, capazes de desenvolver de forma qualitativa o gênero humano. Se o estudo é sobre ética, por que não inserir autores que abordam esse tema na perspectiva indígena, africana, asiática também? Se a bolha não permite, vamos explodir a bolha e ocupá-la. Assim pode-se fazer com todos os temas da filosofia, pois uma universidade, no seu preciso sentido deve ancorar-se sobre fundamentos multiepistemológicos, garantindo assim a diversidade enriquecedora de saberes e de culturas.

Essa perspectiva é possível em ambientes que se inserem na perspectiva do pós-colonialismo, meta a ser buscada e forjada na sociedade como um todo, mas principalmente na Universidade.

No que se refere ao período conhecido como pós-colonial, o devido cuidado deve sempre nortear os passos que são necessários ao processo de constituição dessa nova etapa. Não podemos trilhar o caminho apresentado por Appiah, ao afirmar que

O pós-colonialismo é a condição do que poderíamos chamar, de maneira pouco generosa, uma intelectualidade *comprista*: a de um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno, de estilo ocidental e formação ocidental, que intermedeia, na periferia, o comércio de bens culturais do capitalismo mundial. No Ocidente eles são conhecidos pela África que oferecem; seus compatriotas os conhecem pelo Ocidente que eles apresentam à África e por uma África que eles inventaram para o mundo, uns para os outros e para a África (APPIAH, 1997, p.208).

O risco desses desvios, que são de interesse pessoal existe. No entanto, a nossa preocupação e proposta caminham para a descolonização não comercial, mas intelectual. Assim, consideramos que a educação deve ser modificada na sua forma e conteúdo, abrindo o currículo para que ele seja representativo, em conformidade com a origem, a cultura e os costumes de seus usuários. Ele deve ser formado com o que de melhor a humanidade produziu, para criar as condições necessárias para que possamos, como um todo avançar em diferentes perspectivas e sentidos, sem nos render aos interesses exclusivos do capital, mas que ao invés disso, torne o ser humano melhor do que ele é.

Conclusão

A velocidade das mudanças históricas pode soprar a favor daqueles que reúnem as condições necessárias para interferir nesse processo. Quem não tem essas condições, falsifica a história para beneficiar-se delas ou colocá-las a seu favor. A ideia de Universidade,

desde o delta do Rio Nilo, no Egito, é uma dessas forças que podem ser úteis para alavancar uma nação ou para criar situações de exclusão e privilégios. Essa segunda situação é mais apropriada para situar a Universidade ocidentalizada.

As condições materiais de mudanças nessa instituição secular e fossilizada são muito propícias para filosofar e mudar o atual desequilíbrio das forças organizadas na sua estrutura para impedir a inserção das novas epistemologias.

Em relação à questão que norteou esse artigo, a respeito das possibilidades de os colonizados romperem com a casa grande transformando a academia branca em espaço multiepistemológico, consideramos que além de possível, é necessário. Um exemplo claro disso ocorreu na Universidade de Brasília em 1999 com a luta pelas cotas para negros e indígenas. O movimento se alastrou para as outras Universidades e hoje é uma realidade. Mudou-se a estrutura, rompendo-se a bolha, de dentro para fora, com mentes que se descolonizaram.

Dessa mesma forma podemos e devemos fazer com os PPCs dos cursos de graduação em filosofia, criando componentes eletivos ou permanentes, fazendo parte dos Colegiados do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, das demais instâncias que decidem a vida na Universidade. Assim poderemos inserir novos componentes, atualizar as ementas já existentes, inserindo novos autores, novas temáticas, transformando a academia branca em uma Universidade multiepistemológica.

Uma outra possibilidade de romper constantemente com a casa grande e fortalecer os grupos de pesquisa, criar ações regionais entre esses grupos por meio de eventos. Além dessas ações pontuais os ciclos de palestra com os pesquisadores da região, mantem o clima constante e permanente que não só a temática é pertinente, mas consistente.

Onde não existem programas *strictu sensu* que contempla essa perspectiva teórica, pode-se criar um programa *Lato Sensu* abrangendo diferentes epistemologias e aos poucos os já graduados retornam para essa nova Universidade, colocando seus conhecimentos em outros ciclos e patamares.

Tendo essa perspectiva como horizonte, não haverá bolha filosófica para nos conter e poderemos sonhar o mundo com mais gente e “filosofar” em uma Universidade descolonizada.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Cantrabtempo, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de António C. Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

DIOP. Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: mith or reality?** Westport, Ed Lawrence Hill, 1974.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia Africana para Descolonizar Olhares**: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014. Disponível em <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1854> . Acesso em 13 de agosto de 2018.

CARREIRA, José Nunes de. **Filosofia Antes dos Gregos**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.

JAMES, [George G. M. **Stolen Legacy: The Greeks Were Not the Authors of Greek Philosophy, but the People of North Africa, Commonly Called the Egyptians**](#). 1954 - New York: Philosophical Library.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HUME, David. **Ensaio Morais, Políticos e Literários**. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

KANT, Immanuel. **Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime**, Campinas, Ed. Papyrus, 1993.

OBENGA, Théophile. **Egito**: história antiga da filosofia africana. Disponível em https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/obengat_egito_hist%C3%B3ria_antiga_da_filosofia_africana_2004.pdf Acesso em 11/03 /2018.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Tradução de Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Nandyala: NEAB-UFPR, 2015